



Administração Pública e Gestão Social
ISSN: 2175-5787
apgs@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa
Brasil

Da bonança à penúria: fechar ou não suas operações, o dilema da Petrobrás

Rovaris Machado, Monica Cristina; Rosa Esteves, Roger Vinicius; Vieira Marinho, Sidnei; Alberton, Anete

Da bonança à penúria: fechar ou não suas operações, o dilema da Petrobrás

Administração Pública e Gestão Social, vol. 11, núm. 2, 2019

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351558326009>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-NãoDerivados 3.0 Internacional.

Da bonança à penúria: fechar ou não suas operações, o dilema da Petrobrás

From the Bonanza to the Poverty: to close or not the operations, the dilemma of Petrobrás

De la Bonanza a la Penuria: cerrar o no sus operaciones, el dilema de la Petrobrás

Monica Cristina Rovaris Machado
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
monicarovarisdoutorado@gmail.com

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351558326009>

Roger Vinicius Rosa Esteves
Faculdade de Tecnologia em Saúde, Brasil
roger-estevess@hotmail.com

Sidnei Vieira Marinho
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil
sidnei@univali.br

Anete Alberton
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil
anete@univali.br

Recepção: 20 Novembro 2016

Aprovação: 01 Março 2018

Publicado: 01 Abril 2019

RESUMO:

Este caso para ensino tem como objetivo discutir a situação da empresa Petrobras S.A. no porto de Rio Grande/RS, sob a ótica dos stakeholders. O caso fornece situações reais de pessoas envolvidas, direta e indiretamente, na cidade e como as decisões da empresa afetam o desenvolvimento da cidade. O caso pode contribuir para uma reflexão mais apurada sobre o desenvolvimento local sustentado e a necessidade de construir alternativas para as cidades brasileiras, além do comprometimento social responsável das organizações.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Social, Stakeholders, Petrobras, Desenvolvimento Local.

ABSTRACT:

This case for teaching aims to discuss the situation of the company Petrobras S.A. in the port of Rio Grande / RS, from the perspective of the stakeholders. The case provides real situations for people directly and indirectly involved in the city and how the company's decisions affect the development of the city. The case may contribute to a more accurate reflection on sustainable local development and the need to construct alternatives for Brazilian cities, in addition to the responsible social commitment of organizations.

KEYWORDS: Social Responsibility, Petrobras, Local Development., Stakeholders.

RESUMEN:

Este caso para enseñanza tiene como objetivo discutir la situación de la empresa Petrobras S.A. en el puerto de Rio Grande / RS, bajo la óptica de los stakeholders. El caso proporciona situaciones reales de personas involucradas, directa e indirectamente, en la ciudad y cómo las decisiones de la empresa afectan el desarrollo de la ciudad. El caso puede contribuir a una reflexión más apurada sobre el desarrollo local sostenido y la necesidad de construir alternativas para las ciudades brasileñas, además del compromiso social responsable de las organizaciones.

PALABRAS CLAVE: Responsabilidad Social, Stakeholders, Petrobras, Desarrollo Local..

A CRISE E O PETRÓLEO

A economia brasileira tem sofrido revés ao longo dos últimos anos, principalmente a partir da crise de 2012, problemas de gestão dos recursos públicos ou ainda a crise provocada pela queda do preço do petróleo e o aumento do dólar, tem provocado mudanças nos investimentos realizados pelo governo brasileiro. O governo federal tem promovido ajustes nas contas públicas, mas seus efeitos têm alcance limitado e, por consequência, há um aumento do déficit orçamentário. Tanto a economia dos estados quanto a dos municípios têm forte influência do governo federal, seja por meio de repasses de recursos financeiros ou por projetos que buscam o desenvolvimento local e regional.

A Petrobras S.A. é uma empresa estatal brasileira de economia mista de capital aberto, sendo o Governo Nacional seu acionista majoritário. Seus principais produtos estão nos segmentos de: exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e gás natural, indústria petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, bicom bustíveis, além de outras fontes energéticas renováveis. Os investimentos nas diversas áreas da empresa estavam em franca expansão por meio da construção de portos, refinarias, centros de distribuição, entre outros.

A Petrobrás é uma organização que tem desempenhado um papel importante, investindo em municípios litorâneos do país, a partir do seu projeto de expansão. Entretanto, a queda do valor do barril de petróleo não tem contribuído para a manutenção dos investimentos necessários. Muitas decisões de investimento se deram com base no preço do barril de petróleo bruto no mercado internacional, que em agosto de 2012 era de U\$ 106,28 dólares, o que justificava os investimentos nesse segmento da economia brasileira.

Entretanto, apenas três anos depois, em agosto de 2015, o mesmo barril de petróleo bruto era cotado em U\$ 45,69 dólares, uma queda de 57%, o que provocou uma retração substantiva na capacidade de investimentos na empresa (IndexMundi, 2017)

As diversas aquisições realizadas pela empresa, dentre elas a compra de Pasadena no ano de 2006, provocaram uma reviravolta nos investimentos da empresa, pois, com a redução do preço do petróleo e as margens de lucros em declínio, o planejamento estratégico da empresa teve de ser reavaliado diante do novo quadro social, político e econômico brasileiro.

A atual situação econômico-financeira da empresa Petrobrás, a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de reduzir sua produção, a crise internacional prolongada em relação à demanda e à queda dos preços do barril de petróleo são algumas das causas para a diminuição drástica nos investimentos da empresa. Um relatório elaborado pela Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (Fenatracop), em março de 2015, aponta que as demissões já estão em torno de 20 mil trabalhadores em 38 empresas ligadas diretamente ou indiretamente à Petrobrás, em sete projetos executados nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Por outro lado, a situação das empresas dos setores naval e de construção civil, que integram a cadeia produtiva do pré-sal, é considerada grave, pois a empresa decidiu convidar empresas estrangeiras para participar da construção de 24 plataformas do tipo Floating, Production, Storage and Offloading (FPSO), previstas para o ano de 2015.

A decisão desagradou os diversos setores envolvidos na cadeia Petróleo e Gás, que afirmam o comprometimento das metas de conteúdo nacional estabelecidas pelo governo brasileiro para o setor, além de afetar trabalhadores e fornecedores. Outra decisão da Petrobrás foi o cancelamento da construção das usinas Premium 1, no Maranhão, e Premium 2, no Ceará:

“O mercado tinha se preparado para atender a um volume de demandas, e esse cancelamento corta uma parte das previsões que alimentariam as indústrias brasileiras fornecedoras nesse período de 2015, 2016 e 2017, pelo menos. Seria um derramamento de encomendas para a indústria, com o qual o mercado estava contando, mas que não vai mais haver. Então é uma notícia péssima” (Presidente do Conselho de Óleo e Gás da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos - Abimaq).

A canoa virou, quem deixou ela virar?

O município de Rio Grande é uma cidade litorânea, fundada por portugueses no ano de 1737, provenientes dos Açores e da Madeira, e está localizado no sul do estado do Rio Grande do Sul, a uma distância de 320 km de Porto Alegre, com uma população em torno de 207.036 habitantes (IBGE, 2014). A economia do município concentra a sua maior parte na atividade portuária, sendo um dos grandes responsáveis pela exportação de grãos e importação de containers e fertilizantes do país, onde diversas empresas exportam e importam produtos a partir dos Terminais do Porto de Rio Grande e seu Cais Comercial. No ano de 2013, um polo naval estava em desenvolvimento no município, com a construção da plataforma petrolífera P-53 da Petrobras, a primeira grande operação na cidade.

O município possui o Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo (PROMINP – Rio Grande), com objetivo de buscar novas oportunidades para a indústria de bens e serviços, bem como criar um ambiente propício para a discussão de ideias, oportunidades e sugestões com o foco na região. Para operacionalizar o programa, as demandas foram divididas em grupos temáticos voltados para a educação, saúde, habitação, mobilidade urbana e segurança, e capacitação profissional.

Onde a cidade de Rio Grande entra nesta história? A cidade possui um terminal aquaviário operado pela Petrobrás Transporte S.A (Transpetro), situado mais ao sul do Brasil. Ele possui tancagem destinada a derivados e a produtos especiais, e nele são transportados petróleo, tolueno e xileno. Realiza também transbordo de GLP e abastecimento de navios com bunker, no terminal operado pela subsidiária Transpetro. Os moradores da cidade dependem diretamente dos empregos gerados pela construção de plataformas de petróleo, mas devido à situação que na qual a Petrobrás se encontra atualmente, os investimentos foram suspensos e as atividades paralisadas, causando desemprego e o desaceleração de investimentos na região. A situação tem afetado diretamente seus fornecedores pelo país, inclusive na cidade de Rio Grande (RS). Entretanto, as lideranças locais têm buscado alternativas para reverter a situação e o ex-secretário de Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do atual governo do estado, que era prefeito da cidade de Rio Grande, prometeu intermediar uma negociação:

“Não podemos correr risco de descontinuidade. Vamos buscar negociar com o governo federal e a Petrobras”, afirmou.

Trabalhadores do Polo Naval de Rio Grande organizaram protestos pela cidade na primeira quinta-feira do mês de fevereiro de 2015 e tentaram audiência com a direção da Petrobrás e o então ministro da Secretaria Geral da Presidência, para exigir a manutenção dos empregos na região. A categoria ainda realizou bloqueios para denunciar demissões e pedir a continuidade das obras financiadas pela estatal nos estaleiros, além de os funcionários já demitidos interromperem o fluxo nas rodovias como a RS-734 e a BR-392, impedindo a circulação de ônibus e balsas que fazem a ligação com São José do Norte (RS). Tentaram, ainda, convencer comerciantes a fechar as portas, mas sem sucesso.

“Há mais de um ano, tínhamos 24 mil trabalhadores no setor. Hoje, são cerca de 7 mil”, disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande.

Ainda segundo o dirigente, as dispensas ocorrem “quase diariamente”, e se agravaram após a divulgação das denúncias envolvendo a Petrobrás, que contrata as empresas responsáveis pela construção de plataformas em Rio Grande. Outro temor é de que obras previstas sejam canceladas, barrando a criação de novas vagas. Por isso, representantes da categoria pretendem encontrar-se com a direção da Petrobrás e com o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, a fim de cobrar um posicionamento da empresa e do governo e pedir a manutenção dos empregos e dos contratos de construção firmados. O deputado federal, representante da região, se incumbiu de tentar viabilizar o encontro.

“Vamos trabalhar para que essa reunião ocorra logo depois do Carnaval, com o ministro chefe da Casa Civil e o novo presidente da Petrobras. A orientação do governo é de que os empregos sejam preservados, mas o ritmo das obras depende de um conjunto de variáveis como a gestão a empresa e o preço do petróleo” afirmou o deputado.

Uma das principais empresas do Polo Naval emitiu uma nota informando que:

“A construção das FPSOs (tipo de navio-plataforma) segue etapas que exigem um número maior ou menor de funcionários, e as movimentações de pessoal estão ligadas a estas etapas. Hoje, o número gira em torno de 7.000 diretos e mais uns 2.000 indiretos. A empresa esclarece que não houve demissão em massa no Estaleiro”

O que antes era um temor começa a se tornar realidade, pois o setor começa a apresentar problemas diante da redução de crédito nos bancos e recuo de investimentos da estatal, o principal cliente dos estaleiros. É o reflexo mais triste do esquema de corrupção praticado dentro da maior petrolífera do país na última década e o resultado são milhares de trabalhadores sem emprego. E a situação tende a agravar-se ainda mais no polo de Rio Grande, braço forte dessa indústria no estado Rio Grande do Sul, pois o consórcio de empresas de grande porte estaria prestes a desistir de montar e integrar módulos de duas plataformas de petróleo encomendadas pela estatal.

Considerados comuns no segmento, os termos aditivos a contratos foram uma das ferramentas utilizadas para inflar o valor das obras e desviar recursos, como mostrou a Operação Lava-Jato, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. Se confirmada a suspensão da montagem pelo Consórcio, pelo menos quatro mil trabalhadores deixariam de ser recontratados. O diretor do Comitê de Óleo e Gás da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) afirma que

“O impacto era esperado, mas não em contratos que já foram assinados. Isso preocupa, principalmente em um segmento que ainda não está totalmente maduro”.

Os principais estaleiros, que produzem equipamentos para a exploração da camada do pré-sal, foram os mais afetados pela crise que começa a se desenhar no setor naval, além de passar por uma situação financeira delicada com a deflagração da Operação Lava-Jato. A dívida de uma das empreiteiras pode chegar a R\$ 250 milhões por meio de assessoria, embora a mesma negue que tenha havido demissão em massa no estaleiro nos últimos meses e pontua que a variação no número de funcionários está ligada a diferentes etapas de construção das plataformas”, e um responsável pela empresa diz que: “em determinado momento exige mais ou menos trabalhadores”.

A redução de investimento da Petrobrás não é o único problema que aflige os fornecedores, avalia o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL), instituição que representa os estaleiros no Brasil.

“O preço do petróleo é o fator mais preocupante. A crise da Petrobras poderá encontrar um ponto de equilíbrio ainda este ano. O conjunto de fatores torna o cenário delicado. Existe a possibilidade de um quadro mais claro a partir do segundo trimestre”.

Empresas voltadas a produzir para a estatal atrasam projetos em razão da investigação que apura desvios milionários nos contratos com a petrolífera.

FOI POR CAUSA DOS GESTORES QUE NÃO SOUBERAM REMAR... OS AFETADOS PELA CRISE

Marco de uma nova era na Metade Sul, o polo naval de Rio Grande tornou-se fonte de angústia na região. Desde que as denúncias envolvendo a Petrobras vieram à tona, ondas de uma ressaca cada vez mais forte atingiram os estaleiros da cidade portuária, outrora ocupada por mais de 20 mil operários. Rumores de todos os tipos ressoam nas ruas. O receio de que as empresas abandonem as instalações, deixando tudo para trás, é ouvido a cada esquina. Atualmente, o número de profissionais em atividade no polo, segundo o presidente

do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Rio Grande e de São José do Norte, não passa de 6,5 mil. As contratações deveriam ter recommçado início do ano de 2015, mas a debandada continua.

“Todos os dias há novas demissões. A questão é que esses profissionais não têm nada a ver com a Operação Lava-Jato e, no fim, eles é que estão pagando o pato”

afirma o Presidente, que liderou uma manifestação com mais de 5 mil pessoas apreensivas com a crise.

As dúvidas sobre o futuro também causam prejuízos aos empresários, donos de restaurantes, hotéis e alojamentos utilizados pela leva de pessoal, que migraram para a cidade, gente que investiu pesado para atender à demanda e que agora enfrenta dificuldades. Em 2013, no auge da produção nos estaleiros, Rio Grande e as cidades vizinhas fervilhavam com a presença dos macacões coloridos. No calçadão, nas lojas, em todos os cantos, engenheiros, técnicos e operadores de máquinas circulavam e consumiam produtos e serviços. Com seus diferentes sotaques, eles aqueceram a economia e deram novas perspectivas a uma região desacreditada por décadas. À época, casas e apartamentos para alugar se tornaram artigo raro, e os valores chegaram a subir 1.000% na região. O delegado do Sindicato dos Corretores de Imóveis em Rio Grande estimou que em torno de seis mil residências estejam vagas: “A bolha estourou. Foi surreal o que aconteceu”, resumiu.

Embora reconheçam o impacto negativo da reviravolta, autoridades locais evitam o tom pessimista e persistem na expectativa de que a Metade Sul não será esquecida pelo governo federal:

“Está complicado, mas a região não quebrou e não vai quebrar”, disse o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL).

O atual prefeito da cidade de Rio Grande, aposta na proximidade com o Governo Federal e Estadual para a diversificação da base econômica e sair da crise. Acompanhado de uma comitiva, ele busca novos rumos do polo com o ministro da Secretaria Geral da Presidência, em Brasília.

“A indústria naval veio para ficar e é o que vai acontecer. Vamos superar esse momento de turbulência”, afirmou o prefeito.

Para receber os milhares de operários que desembarcaram na zona sul do Estado, Rio Grande teve de se adaptar. Uma das mudanças mais visíveis foi a transformação de dezenas de casas e prédios desocupados em alojamentos.

Em 2013, chegaram a existir 215 locais do tipo, nem todos regularizados e em boas condições. O valor médio da diária girava em torno de R\$ 35 por pessoa, o que significava um adicional estimado de R\$ 1 mil por mês para o dono.

Conforme o Presidente da Associação de Proprietários de Alojamentos do município, ainda resistem 80 hospedarias, sendo que menos de 20 estão ocupadas. O preço cobrado varia de R\$ 15 a R\$ 20:

“Sabíamos que o boom seria momentâneo, porque os estaleiros não produziram plataformas para sempre. Todo mundo saiu abrindo alojamentos e deixou de lado o que fazia. Foi um erro porque agora faltam alternativas” disse o Presidente.

Ele abriu dois estabelecimentos para 170 pessoas, equipados com tudo: de câmeras de monitoramento a mesa de sinuca e TVs de plasma. Por precaução, diz que não largou a indústria pesqueira, sua atividade original, e segue trabalhando na pesca, já que as duas pousadas estão vazias:

“Mesmo destino teve uma antiga delegacia de polícia que havia sido transformada em albergue. Vinte homens chegaram a dividir a casa de tijolos à vista, entre 2013 e 2014, em quartos improvisados. Hoje, o lugar está vazio.

Fechou no fim do ano. Foram todos embora, relatou um barbeiro que trabalha nas proximidades.”

Até a antiga colônia de férias da Ipiranga, no Cassino, voltou a ser o que era antes de alojar funcionários das empreiteiras em seus 72 quartos. Com capacidade para receber 288 pessoas, o lugar fechou em agosto de 2014, com a saída dos hóspedes. Reabriu agora como hotel para veranistas. No Carnaval, lotou. Mas, na quinta-feira passada (dia, ano), tinha apenas cinco habitações ocupadas.

“Foi bom enquanto durou. Cassino voltou a ser o que sempre foi”, disse o gerente.

A enxurrada de dispensas no polo naval ganhou a forma de um tsunami para quem trabalha no setor de alimentação na região. Basta entrar em qualquer restaurante de Rio Grande para perceber que as histórias se repetem – e os lamentos também. No Caçarola, um estabelecimento de 23 anos conhecido pela comida caseira, havia filas todos os dias. Desde o fim de 2014, o movimento caiu pela metade.

“Eu nunca tinha visto tantos fregueses aqui. Era gente que não acabava mais”, recorda a proprietária.

Donos de um renomado restaurante na cidade, famoso pela variedade de frutos do mar, eles perceberam que havia potencial para crescer. Incrementaram o buffet, acrescentaram cervejas artesanais ao menu, dobraram o número de mesas e chegaram a ter 22 funcionários. Com a reviravolta na indústria naval, tudo mudou: o movimento caiu e o faturamento desabou 70%. As 200 refeições diárias viraram 50. Hoje, o número de empregados não passa de quatro:

“Está tão fraco que até decidimos fechar à noite”, disse o proprietário. Perto dali outra família empreendedora vive o mesmo drama.

empresária investiu R\$30 mil em um novo espaço para servir almoços e passou a pagar R\$4 mil mensais de aluguel. Agora, cogita mudar de atividade.

A empresária investiu R\$30 mil em um novo espaço para servir almoços e passou a pagar R\$4 mil mensais de aluguel. Agora, cogita mudar de atividade.

“Se não melhorar a situação e não der para renegociar o aluguel, penso em fechar as portas. Até agora, não me recuperei”, desabafou a empresária.

A situação é diferente no caso do único shopping na cidade, inaugurado em 2014. Por enquanto, segundo o diretor de shoppings da 5R, o empreendimento se mantém alheio às turbulências:

“Era uma antiga demanda da cidade, mas não quer dizer que nós desconsideramos os problemas”, afirmou o Diretor.

Até o fim do ano de 2015, o atual shopping terá um concorrente. Dono de uma rede de quatro hotéis em Rio Grande e na praia do Cassino, entre os quais o Paris, um dos mais tradicionais do município, o empresário fez uma aposta arrojada e agora sente os reflexos da crise. Nem por isso perde o otimismo. Em dezembro de 2012, o empresário inaugurou um empreendimento de alto padrão na área central de Rio Grande. Com 88 habitações, o empreendimento nasceu de uma proposta ousada e de um aporte de R\$ 15 milhões.

“O hotel foi pensado para o público executivo. As suítes têm escritórios”, destacou o dono.

Até outubro de 2013, quando os estaleiros erguiam plataformas petrolíferas em ritmo acelerado, a taxa de ocupação chegava a 90%. Depois, caiu para 30% e, agora gira em torno de 40%.

“Se os estaleiros pararem, será preciso buscar outro caminho. Mas prefiro acreditar que vamos vencer a crise”, projetou o empresário.

A perspectiva é compartilhada pelo empresário que presidente da Câmara do Comércio de Rio Grande, que também amarga prejuízos. Em 2013, chegou a ter 180 ônibus (100 próprios e 80 terceirizados) transportando trabalhadores do polo. Hoje, apenas 35 seguem circulando com os profissionais que restaram. O investimento total chegou a R\$14 milhões, dinheiro que, segundo ele, ainda não foi recuperado:

“Não quero ser pessimista e acho que não podemos fazer terra arrasada da região, mas a situação está complicada para todos, em todos os setores. Não é um problema apenas de Rio Grande. É um problema que atinge o Estado e que precisa de solução imediata”, avaliou.

O empresário entende que a saída para a crise passa por uma mobilização política suprapartidária, que una prefeito, governador, deputados e senadores em torno da causa.

Em março de 2015, o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada (Fenatracop) afirmou que:

“A maioria das demissões acontece sem pagamento das rescisões de contrato de trabalho. Além disso, as empresas menores não têm bens ou créditos a serem arrestados pelos trabalhadores na Justiça do Trabalho, ficando somente a alternativa da solidariedade da Petrobras como contratadora principal dos trabalhos realizados por estes trabalhadores.”

A crise causou impacto negativo na cidade, pois possui um extenso polo naval, sendo o município gaúcho com os maiores investimentos da petrolífera no estado. Com a suspensão dos novos contratos com empresas citadas em denúncias de corrupção, o nível de atividade portuária diminuiu drasticamente e o número de trabalhadores já caiu de 18 mil, em 2013, para 7 mil atualmente. O Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande, que representa os trabalhadores, promete mobilizações para que ainda se garanta novas obras para o porto gaúcho.

“[...], ou a gente cai na rua agora e faz essa mobilização, ou pegamos a mochila e vamos embora para casa porque acabou tudo”, diz o presidente da Entidade.

No setor hoteleiro, os valores das diárias caíram em torno de 25%. Antes sempre lotados, os hotéis têm agora uma ocupação baixa, que em alguns estabelecimentos não passa de 5%. Uma empresária montou um negócio para fornecer lençóis a hotéis e alojamentos. Segundo ela, as vendas estão em queda:

“A demanda caiu vertiginosamente”, lamentou.

Os efeitos também foram sentidos no comércio.

“Estamos vivendo uma redução geral de 10 a 15%. Em alguns segmentos, com 20 a 25%, e excepcionalmente, 50%. Todos na expectativa de uma definição da Petrobras sobre essa situação que nos atinge profundamente”, diz o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Rio Grande.

Mesmo preocupado, o Coordenador do Comitê de Óleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado (FIERGS), entende que a decisão da Petrobrás pode significar o início de um processo de reconciliação da estatal com as empreiteiras a partir de novos critérios éticos e de governança, com a possibilidade de retomada dos negócios no futuro.

“Terminar as encomendas e fechar o polo não é razoável. A Petrobras tem suas concessões e prazos para começar a produzir”, lembra o Coordenador, ressaltando que a política de conteúdo local não é exigência da estatal, mas de legislação.

A população da cidade de Rio Grande(RS) tem se mobilizado para manter os investimentos na cidade e muitas entidades ligadas aos trabalhadores têm chamado os trabalhadores para realizar um grande ato estadual em defesa da Petrobrás.

“Estamos planejando uma jornada de lutas em defesa da Petrobrás e pelos direitos trabalhistas. Temos cobranças a fazer (ao governo federal) sobre os direitos trabalhistas”, afirmou o presidente da CUT-RS.

A defesa da Petrobrás, empresa que corresponde a 13% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, é fundamental para o país. O coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), afirma que a defesa da soberania nacional e do emprego dos petroleiros é urgente. Na cidade de Rio Grande manifestações tem sido frequentes para defender a Petrobrás e os interesses do município.

O DILEMA: APRENDENDO A NADAR E REMAR, TODOS NO MESMO BARCO...

Depois de muitos anos de investimento, a Petrobras S.A. está reavaliando suas operações na cidade de Rio Grande(RS). Diante da crise no ramo petrolífero e da falta de investimentos, a organização não está conseguindo manter seus investimentos, comprometendo suas operações. Diante de tal situação, o que fazer?

Se cancelar as operações, como ficará a economia do município? Qual será o impacto social e econômico para a cidade? E os funcionários da empresa? Os terceirizados? Como a organização pode manter seus investimentos, mesmo em crise? A empresa Petrobras deve continuar na cidade de Rio Grande (RS)? Deve fechar ou não suas operações?